

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/11/2022 a 30/11/2022

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/6

147.2022	Sessão Ordinária - CD	08/11/2022-16:52
Publ.: DCD - 09/11/2022	Luis Miranda-REPUBLICANOS -DF	
	-	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Polarização política e suas implicações nas eleições presidenciais. Defesa de realização das reformas tributária e política.

O SR. LUIS MIRANDA (REPUBLICANOS - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Venho mais uma vez a esta tribuna. Por dezenas e dezenas de vezes, tive a oportunidade de defender aqui meus projetos, minhas ideias, mas hoje eu percebo que ela virou o muro das lamentações. Todo mundo que discorda do resultado das eleições, seja de forma positiva ou negativa, está se utilizando dos microfones da Casa para poder questionar ou lamentar os resultados.

A grande verdade é que, se não olharmos para frente, o Brasil não tem solução. Passamos estes últimos 4 anos discutindo literalmente uma bandeira que não levou o Brasil a lugar nenhum — os números estão aí para provar —, e o resultado da eleição foi reflexo disso.

Defendemos se Bolsonaro era o melhor Presidente ou se Lula seria a melhor opção. Polarizamos de tal maneira a eleição que os advogados de ambos, aqueles que defenderam as pessoas dos Presidentes, foram os eleitos, ignorando-se o resultado, o bom trabalho de vários Parlamentares sensacionais — na história, nunca vi ninguém trabalhar tanto — que perderam a eleição por conta disso, por não se posicionarem de forma polêmica ou por não quererem discutir o sexo dos anjos. Afinal, para ter certeza se um Presidente é bom ou é ruim, é preciso ouvir a população. O bolso do povo, o supermercado, o crescimento econômico das pequenas e médias empresas dirão isso. As grandes empresas sempre estarão bem porque, se estiverem ruim, elas fecham as portas e vão embora para outro País. Os pequenos são os que mais sofrem, mesmo sendo os maiores geradores de emprego neste País. Isso é o que o Alckmin prometeu que fará nos primeiros 6 meses. Eu ainda não escutei nada do

Presidente Lula, o Presidente eleito. Mas, se porventura ele fizer a reforma tributária, de fato, isso vai mudar o nosso País.

Não tem lado, não tem direita e nem esquerda. Essa polarização é feita para se ter um Parlamento, muita das vezes, fraco, pequeno e incapaz de entender que defender projetos e pautas está acima daquilo que muitos pregam e querem nos convencer de que o melhor é defender um Presidente.

O Presidente sozinho não governa. O Presidente, para governar, precisa do Congresso. O Congresso precisa entender qual é a voz do povo. E a voz do povo é economia sólida, crescente, recorrente que traga dignidade e, principalmente, que acabe com a desigualdade social que existe em nosso País, que é causada por conta do sistema tributário desigual.

Esse sistema tributário permite que um multimilionário saque o dinheiro das suas empresas sem pagar nenhum imposto e que o trabalhador tenha, na fonte, retidos todos os impostos. Quando ele vai ao supermercado, paga imposto de novo, sendo bitributado muitas das vezes. Esse não pode ser um sistema justo.

Não podemos querer que Lula ou Bolsonaro salve o País. O que vai salvá-lo, de fato, são as reformas. Temos que começar a reforma tributária e a reforma política. Temos que pensar no povo brasileiro, independentemente do Presidente.

Presidente, quero lhe agradecer imensamente pela oportunidade e concluir dizendo que eu cumprí minha missão nesses 4 anos: plantei a semente e perturbei tanto para termos a reforma tributária. Na dúvida se o próximo Presidente a faria ou não, eu fui para São Paulo tentar articular com aqueles que tentam impedir que a reforma passe, que são os não pagadores de impostos, os grandes bilionários deste País, que não querem que a reforma passe.

Agora, com essa sinalização, mesmo tendo perdido as eleições em São Paulo, fico muito feliz de saber que a reforma vai chegar.

Obrigado.

Documento 2/6

147.2022

Publ.: DCD - 09/11/2022 -

Sessão Ordinária - CD

08/11/2022-20:20

Luis Miranda-REPUBLICANOS -DF

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2022, sobre o



estabelecimento de normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres do contribuinte, principalmente quanto a sua interação perante a Fazenda Pública e sobre a disposição de critérios para a responsabilidade tributária. Urgente realização da reforma tributária no País. Alta carga tributária brasileira sobre a população mais pobre e sobre os servidores públicos. Pleno emprego gerado nos Estados Unidos pela administração de Donald Trump. Necessidade de realização da reforma administrativa para a valorização e aperfeiçoamento do serviço público.

O SR. LUIS MIRANDA (REPUBLICANOS - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PLP 17 é uma demonstração inicial do que o Brasil deve focar nos próximos meses — nem vou falar anos.

Aqui fica registrado para todos os da base do Governo do Presidente recém-eleito a importância de trabalharmos na economia a arrecadação deste País de forma muito mais séria do que, infelizmente, foi feito nesses últimos anos.

Se forcamos em uma reforma tributária, que é o objetivo principal de uma nação que quer combater a desigualdade, que quer fortalecer a arrecadação tributária, que quer fazer com que os empresários se sintam contemplados para investir no nosso País, se queremos ter uma nação justa, que façamos parte da OCDE, sendo respeitados internacionalmente, como foram as últimas falas do Presidente eleito, faz-se necessário entender que as questões tributárias da nossa Nação devem ser tratadas como prioridade número zero — não é nem número 1.

Várias reformas são importantes, como a reforma tributária e como o tema extremamente relevante de que estamos tratando agora, que é a forma com que contribuinte é tratado. Ocorre que muito do que acontece no nosso País, inclusive com sonegador contumaz, com especialistas em sonegar e que não pagam nada, ou até mesmo com aqueles que tiveram dificuldades ou foram injustiçados, é que eles se deparam com leis, com emaranhados, com remendos constitucionais que são impeditivos para que tenhamos um sistema arrecadatório justo e honesto, principalmente que atinja a todos.

Não podemos ter um sistema tributário que atinja somente as classes mais pobres e a classe média, que é o que acontece hoje no nosso País. Ou pior: os funcionários públicos deste País pagam o Imposto de Renda na fonte — aqui todos são funcionários públicos e trabalham para o povo, bem como toda esta Brasília que é contemplada, nos Ministérios todos são funcionários públicos —, não conseguem negar o Imposto de Renda ou o INSS. São impostos que, somados, já tomam praticamente 40% do salário desse trabalhador.

Quando ele vai consumir, ele deixa, pelo menos, de 30% a 40% de imposto sobre o consumo, fazendo com que, de líquido do salário, do suor de um trabalhador funcionário público, sobrem de 30% a 40% — real. Isso é

vergonhoso!

Não podemos falar de um país que está tratando os seus contribuintes de formar séria, porque, quando é feita uma comparação com grandes investidores que aplicam no nosso País e não pagam lucros e dividendos — por exemplo, o projeto que trata da cobrança de lucros e dividendos desta Casa está parado no Senado —, quem paga o imposto, quem carrega o piano nas costas é o povo, exatamente ele que deveria ser contemplado.

Então, fica registrado este recado ao Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva: Presidente, se o senhor quer realmente começar o seu Governo dando uma mensagem, já que o senhor se preocupa com o povo, não é garantindo o Auxílio Emergencial, é garantindo que todas as empresas deste País, que todas as pessoas que pagam impostos neste País sintam-se representados quando pagarem seus impostos e não se sintam roubados. A sensação que o povo brasileiro sente é que está sendo lesado quando pagam impostos altíssimos, recebem pouco do Estado e sabe que aqueles que ganham muito não estão pagando nada.

Esse desequilíbrio fiscal faz com que o nosso País se torne inclusive um paraíso fiscal para investidores. Em muitos desses fundos de investimento transitam patrimônios sem pagar nenhum tipo de imposto. Como pode dar certo a nossa Nação sendo que todos os países da OCDE têm uma tributação totalmente diferente da nossa, com exceção do Brasil e da Estônia?

Precisamos levar a sério o povo mais pobre, o povo mais carente, principalmente o trabalhador, o pagador de impostos, que são os grandes responsáveis pela locomotiva que é este Brasil.

Precisamos mudar o sistema tributário. Precisamos fazer com que a reforma tributária ocorra nos primeiros meses do próximo Governo. Aí, sim, podemos ter o que aconteceu nos Estados Unidos, quando Trump, Deputado Pedro Paulo, fez aquela reforma empresarial e reduziu o imposto de 35% para 21%. E o que aconteceu nos Estados Unidos foi o aumento de arrecadação por parte das empresas e o famoso pleno emprego. Se não tivesse polarizado na pandemia teria sido reeleito. Até a Oposição teve que admitir que Trump fez algo que nos últimos 50 anos não era visto nos Estados Unidos: o pleno emprego.

O Brasil está sedento por isso. Nós somos o país do futuro desde o meu tataravô, que foi quem tive oportunidade de escutar. Meu pai falava que o Brasil é o país do futuro. Eu tive coragem um dia de falar isso para os meus filhos. Depois, quando me tornei Deputado, eu disse: pare, o Brasil não é o país do futuro. Para isso, precisamos fazer uma reforma política, precisamos fazer uma reforma política urgente. Precisamos fazer uma reforma política não contra os funcionários, mas contra a forma com que os funcionários públicos são tratados, para que haja bom atendimento à população, para que o dinheiro

público seja valorizado de fato e de verdade.

Esta é a verdadeira reforma administrativa que precisamos fazer, uma reforma administrativa que faça com que o serviço público chegue na ponta com qualidade, que valorize o funcionário e não faça com que ele se sinta inseguro sobre o seu trabalho, principalmente sobre o seu cargo.

Vou mais longe. Se queremos fazer a verdadeira diferença nesta Nação, precisamos fazer uma reforma tributária. Aí, sim, com uma reforma tributária justa, que redistribua a carga tributária, que coloque o Brasil nos moldes dos países da OCDE e faça com que a nossa Nação torne-se uma nação para todos os brasileiros, vamos falar que o Brasil é o país do futuro.

Neste período de aviso prévio em que me encontro, eu queria deixar um pedido a todos os novos Deputados eleitos e aos meus colegas que conseguiram a reeleição: façam a reforma tributária pelo nosso povo.

Os jovens americanos não tinham visto nos Estados Unidos quando fizeram a reforma tributária. Nos últimos 50 anos, os Estados Unidos não conheciam mais o que é pleno emprego, a certeza de que se você precisar trabalhar haverá uma vaga de trabalho.

É isto o que queremos para o Brasil: a certeza de que, se você precisar trabalhar, você não vai precisar de Auxílio Emergencial, você não vai precisar de Bolsa Família, você não vai precisar de nada, você vai ter emprego. É isso o que nós queremos para o nosso País. Justiça fiscal faz isso, e a reforma tributária é a forma de fazermos isso pelo nosso povo.

Obrigado, Presidente.

Documento 3/6

154.2022 Sessão Ordinária - CD 22/11/2022-14:44

Publ.: DCD - 23/11/2022 José Nelto-PP -GO
-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador favorável à aprovação da chamada PEC da Transição. Necessidade de aprovação da reforma tributária pelo Senado Federal.

O SR. JOSÉ NELTO (PP - GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente,

Sras. Parlamentares, telespectadores da *TV Câmara*, imprensa do Brasil, durante a minha carreira política — são 42 anos de mandato —, eu nunca fui petista e agora, com essa onda bolsonarista, também não fui bolsonarista. Eu sou realista, eu sou cumpridor da Constituição brasileira. Eu estou aqui para defender o povo goiano, para defender o Brasil. Colaborei com o Presidente Jair Bolsonaro, porém, sem ter cargo no Governo, votando 83% das matérias, tendo a liberdade de votar.

Acho engraçado, e até parece que o Ministro Paulo Guedes tem um conluio com o mercado. O mercado financeiro, parece-me, é padrinho do Paulo Guedes, porque ele pode furar o teto em 800 bilhões de reais em 4 anos e o mercado, Deputado, não reclamou, o mercado não chiou. Agora, vem um Presidente eleito legitimamente pela vontade popular e o mercado entra em polvorosa, fica nervoso.

Ninguém quer furar teto de gastos. Todo Governo tem que ter responsabilidade fiscal. Esse é um dever de todos os Governos.

Apesar de ter essa preocupação com a responsabilidade fiscal, Srs. Parlamentares, com a fome que bate na mesa de cada pai de família, de cada mãe, eu não vejo o mercado preocupado. A essa PEC da Transição, pelo prazo de 1 ano, eu já quero anunciar o meu voto favorável, em defesa das pessoas mais vulneráveis. Os 600 reais, que atingem grande parte da população brasileira, irão tirar este País da miséria, da pobreza. E mais, Srs. Parlamentares: esse dinheiro vai girar na padaria, no supermercado, na farmácia, nas obras, vai ajudar o pedreiro. Se você disponibilizar dinheiro para o rico, ele vai gastar lá em Nova York ou na Europa.

Sr. Presidente, eu quero anunciar que o mercado tem que ter responsabilidade, não deve afrontar as famílias mais vulneráveis do nosso País. O nosso País é rico. Ainda não aprovamos a reforma tributária. Esta Casa já cumpriu o dever. Falta, agora, o Senado da República votar a reforma tributária. Só falta o Senado da República ter a responsabilidade que esta Casa teve e votar a reforma tributária. Assim, o País poderá fazer justiça social. Quem ganha mais terá que pagar um pouco mais. E é preciso desonerar um pouco as empresas que ganham menos.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento conste no programa *A Voz do Brasil* e em todas as redes sociais.

Documento 4/6

154.2022

Sessão Ordinária - CD

22/11/2022-16:28

Publ.: DCD - 23/11/2022

Delegado Marcelo Freitas-UNIÃO -MG

-

BREVES

BREVES



Sumário

Reunião da Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo para discussão da reforma tributária. Urgente necessidade de reformulação do Sistema Tributário Nacional. Apreciação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2020, a respeito do tema.

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (UNIÃO - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer esta oportunidade e pedir escusas pela ausência, quando do chamamento, em virtude de reunião na Comissão.

Nesta ocasião, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar na Câmara dos Deputados, na Casa do Povo, uma reunião que tivemos há pouco na Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo, onde pudemos discutir, com muita veemência, com muita contundência, a importância de entregarmos à sociedade brasileira uma reforma tributária efetiva.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sempre, em promessas de campanha, muitos de nós nos apresentamos aos nossos eleitores com a garantia de que de fato iremos implementar reformas. Ao assumimos os mandatos, as reformas não andam e não chegam ao resultado que a população precisa.

Eu tive a satisfação de relatar na Comissão de Constituição e Justiça a reforma da Previdência, que foi a maior reforma pós-Constituição de 1988, mas compreendo com clareza solar que para muito além de uma reforma político-administrativa, a sociedade brasileira clama de todos nós uma efetiva reforma tributária.

Sabemos que há na Câmara dos Deputados uma Comissão instalada para discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 7. Ainda há, no mínimo, mais outras duas propostas em andamento no Congresso Nacional, mas é urgente, é extremamente necessário que esta Casa do Povo, o Parlamento brasileiro, o Congresso Nacional encontrem uma solução para que possamos superar a situação desse verdadeiro manicômio tributário em que vivemos em nosso País. Desde 1988, mais de 5,8 milhões de leis foram editadas nos três níveis: Municípios, Estados e União.

É urgente também, Sr. Presidente, que possamos incluir na proposta de reforma tributária em andamento a desoneração da folha de pagamento para todos os setores da cadeia produtiva. Compreendemos, com clareza solar, que benefícios sociais são importantes e relevantes, mas nenhum benefício social supera o valor do trabalho, pode suplantar ou superar o valor do emprego, o valor da geração de renda em nosso País. Acreditamos, de maneira convicta, na força da desoneração da folha de pagamento. É preciso diminuir os encargos sociais incidentes sobre a folha, para que possamos, acima de tudo, gerar

emprego, renda e riqueza em nosso País.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 5/6

156.2022	Sessão Ordinária - CD	23/11/2022-19:36
Publ.: DCD - 24/11/2022 -	Zé Neto-PT -BA	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER
		DISCURSO

Sumário

Participação do orador na equipe de transição do novo governo. Uso abusivo da máquina pública na campanha eleitoral do Presidente Jair Bolsonaro. Críticas à política privativista do Governo Federal. Propósito do futuro governo petista de fortalecimento do Estado brasileiro e de promoção do desenvolvimento socioeconômico. Necessidade de realização da reforma tributária.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, eu queria dizer a esta Casa que agora à tarde eu participei da primeira reunião da equipe para a qual eu fui convocado a compor e ajudar no processo de transição deste Governo para o Governo do Presidente eleito democraticamente, Luiz Inácio Lula da Silva. O sentimento que eu tive agora à tarde, no Centro Cultural Banco do Brasil, foi o de que, com todo esse confronto por que passamos, nunca na história deste País — lembro esta expressão que Lula sempre usou — houve uma eleição com tanto uso indevido da máquina pública. O uso chegou a um absurdo tal, que até a bandeira do Brasil tentaram capturar como símbolo de campanha. A Praça dos Três Poderes foi utilizada diversas vezes, com recurso institucional, para se fazer campanha, para se fazer palanque, sem contar as diversas vezes em que se utilizou do aparato público e dos recursos públicos para fazer o famoso "toma lá, dá cá", que afeta inclusive o Poder Legislativo.

Diante das tantas dificuldades por que nós passamos nesse processo todo, chegamos à seguinte conclusão, Deputado Rogério Correia: não haveria outra figura senão o Presidente Lula para nos tirar desse abismo que estávamos a viver.

Aos poucos, vamos voltando ao processo natural dos diálogos, da compreensão de que o Estado brasileiro precisa ser defendido, defendido na sua integralidade, porque aqueles que ainda permanecem nas portas dos quartéis certamente são muito enganados ou pensam que estão no país da invenção, a mesma invenção das *fake news*, a mesma invenção das retóricas vazias, todas as mesmas invenções que foram vencidas no primeiro e no segundo turno do



processo eleitoral de 2022. E, tendo participado do debate sobre desenvolvimento econômico lá no Centro Cultural Banco do Brasil, eu só posso dizer a esta Casa que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva estará plenamente aberto aos diálogos. Inclusive, hoje defendi que tivéssemos o cuidado de restabelecer as Câmaras Técnicas para que possamos fortalecer todas as cadeias produtivas, a do café, a do leite, a da carne, a do frango, a do cacau, a da indústria, a do comércio, a do varejo, a da construção civil. A propósito, hoje, pela manhã, estive na Câmara Brasileira da Indústria da Construção — CBIC conversando com os diversos representantes da construção civil, que esperam evidentemente acenos positivos do Governo que vai se instalar. Eu posso dizer com tranquilidade a esta Casa: vamos ter dias difíceis, principalmente no começo do ano que vem, mas temos que ter a coragem de fazer o enfrentamento que nos leve a uma reforma tributária, que nos leve à compreensão de que, no mundo inteiro, o Estado não precisa ser inchado, mas tem que ser forte, tem que ser eficiente, tem que ter um tripé de armação.

Ao contrário do que o mundo vem fazendo — que tem o fomento, a energia e também a logística como partes desse tripé —, hoje vemos que no Brasil, na parte de desenvolvimento econômico, trataram de entregar esse tripé com a venda dos Correios; com a venda da ELETROBRAS; com a tentativa de venda permanente e a diluição também do potencial da PETROBRAS; com a tentativa de venda da Caixa Econômica, em que começaram inclusive vendendo uma parte dela, que era o Banco Digital; com o anúncio de venda do Banco do Brasil; com a fragilização do Banco do Nordeste; e praticamente com a anulação da grande força do BNDES, que tínhamos no passado.

Sra. Presidenta, este é o momento de refletirmos sobre que Brasil queremos: um Brasil, como anunciado no passado, que se acostumasse, como disse o Presidente atual nos primeiros meses de Governo, na Argentina, em ser um Brasil com potencial para *commodities*? *Commodities* nós temos e teremos muito mais! Mas não é só esse o potencial do Brasil. O que não podemos admitir é que a venda do nosso potencial, dos nossos motores, vai na contramão do que o mundo faz: do que fazem os países do Reino Unido, que hoje estão construindo bancos públicos para fomentar a economia; do que fazem hoje países como os Estados Unidos, que pegam dinheiro público e investem 4,3 trilhões de dólares, sendo parte desse recurso para bancos, parte desse recurso para sindicato e associações, parte desse recurso para construção física de infraestrutura, para que a economia rode, para que, de baixo para cima, os Estados Unidos não sucumbissem, principalmente depois dessa crise do coronavírus, repetindo inclusive uma atitude que tiveram em 2009, quando houve aquele *crash* no mundo, de onde vieram todas as dificuldades que o mundo enfrentou. E lá, mais uma vez, repetindo o que fizeram em 2009, foi o recurso público, foi o Estado forte que deu o tom de uma recuperação econômica para os Estados Unidos, que ainda hoje passam dificuldades.

Portanto, Sra. Presidenta, a sensação que tive hoje à tarde foi de que o Brasil terá, sim, serenidade, terá, sim, diálogo, terá, sim, a preservação dos seus

valores, voltará, sim, para o cenário internacional, como já voltou mesmo antes de o Presidente Lula assumir a Presidência, como foi agora na COP 27.

O Brasil terá, sim, respeito aos seus potenciais culturais, intelectuais, científicos, produtivos e olhará para a classe trabalhadora e para aqueles que menos precisam com o olhar que o Brasil sempre mereceu.

Documento 6/6

162.2022 Sessão Ordinária - CD 30/11/2022-14:04
Publ.: DCD - 01/12/2022 Sidney Leite-PSD -AM
-
BREVES BREVES
COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Reiteração do compromisso de voto pela aprovação da chamada PEC do Bolsa Família. Necessidade de realização da reforma tributária. Prioridade da Casa na votação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, sobre a alteração da Lei Complementar nº 123, de 2006, com vista ao enquadramento, como Microempreendedor Individual - MEI, de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a 130 mil reais.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, hoje a discussão principal neste Parlamento é sobre a PEC do Bolsa Família.

Sr. Presidente, num período não tão distante, nós votamos a PEC do Calote, justamente para que se pudesse ter, segundo a proposta do Governo, um ajuste no teto de gastos e se conseguisse custear o auxílio que é pago hoje.

Na realidade, nós temos que encontrar, tanto o Governo que se inicia a partir do dia 1º de janeiro, como este Parlamento, como fruto do bom debate, da boa discussão, uma âncora jurídica, mas também é preciso ter previsibilidade.

Não dá para o Governo e o Congresso estarem dissociados da realidade do mercado, mas nós também não podemos — não temos esse direito — fazer vista grossa a milhares de brasileiros e brasileiras que estão na condição de miséria, passando fome, sem um lar, sem condições, muitas vezes, de sobreviver. Isso não é justo, não é correto. Trago aqui o exemplo do que ocorre na minha região, a Amazônia: 1 milhão de amazônidas não têm acesso a energia elétrica; 44,5% da população do meu Estado estão abaixo da linha de

pobreza.

Dito isso, não temos como ser contrários a um projeto que não só visa garantir o acesso a um programa de renda mínima de 600 reais, mas também prioriza as nossas crianças, principalmente aquelas crianças que estão imunizadas e na escola, para que possamos dar-lhes oportunidade de ter um futuro diferenciado.

É óbvio que também ninguém aguenta mais ficar sem obras de infraestrutura neste País. Por exemplo, na área da habitação, no meu Estado, inúmeros projetos estão há anos parados, assim como obras vinculadas ao Ministério da Educação, via FNDE. É um verdadeiro descaso o que acontece hoje no nosso País. Quando um determinado recurso é destinado e empenhado, é assinado o convênio. Então, o Estado ou o Município faz a licitação e contrata uma empresa. Sai a primeira medição, e a empresa continua a obra. Mas, depois disso, as coisas não acontecem.

Dito isso, Sr. Presidente, eu quero me manifestar favoravelmente à PEC. É óbvio que nós precisamos aprofundar essa discussão nesta Casa, tão logo ela seja exaurida e votada no Senado, a fim de encontrar as condições necessárias para pagar o auxílio de renda mínima e garantir que as nossas crianças tenham acesso à merenda escolar — com 36 centavos não se compra hoje um bombom; muito menos se consegue garantir uma merenda de qualidade para as nossas crianças.

O mesmo acontece com o transporte escolar. E, quando eu falo do transporte, mais uma vez trago a realidade do meu Estado: o grosso dos estudantes amazonenses se deslocam por meio de embarcações. Muitas delas são pequenas embarcações, e eles se deslocam por longas distâncias, navegando, muitas vezes, por 1 hora e meia, 2 horas ou até 2 horas e meia para conseguir chegar à escola.

Então, Sr. Presidente, eu quero reiterar esse compromisso de votar favoravelmente à PEC do Bolsa Família, sem perder a perspectiva da previsibilidade da questão fiscal, que é uma responsabilidade de todos nós — não só do Governo, mas também deste Parlamento.

Nós precisamos ter, sim, essa responsabilidade, até porque, num futuro não tão distante — já agora, na nova legislatura — com certeza, nós precisaremos nos debruçar neste Parlamento sobre a reforma tributária e votá-la. Esse é um anseio não só do setor industrial, do comércio, do serviço, do poder público, de grande parte da classe política, mas também, principalmente, dos trabalhadores deste País, que não aguentam mais pagar uma carga tributária tão alta, com serviços que não refletem a realidade do custo desses tributos.

Dito isso, Sr. Presidente, quero reiterar a importância de priorizarmos o PL que garante o reajuste do teto da pequena e microempresa, para, com isso, gerar desenvolvimento, oportunidades, renda e ocupação no Brasil.



Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Solicito que o meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa.
